

Nomeações de médicos e professores para a Prefeitura

EVA PERON NA CONFERENCIA DE PETROPOLIS

Não haverá alta do pão

(TEXTO EM GOVERNO DA CIDADE)

A MANHÃ

ANU VI

RIO DE JANEIRO, Sexta-feira, 8 de Agosto de 1947

NÚMERO 1.339

Diretor:
ERNANI REIS
Gerente:
ALVARO GONÇALVES
Redação, Administração e
Oficinas: Praça Mauá
R. de telefonia: 23-191

ESPERADA A QUALQUER MOMENTO A QUEDA DE ASSUNÇÃO

Forçadas as tropas de Morínigo a recuar para as linhas de defesa, no próprio coração da cidade — Estabeleceram junção as forças rebeldes que avançam sobre a capital — As tropas de Morínigo que haviam rumado para Concepcion estão, no entanto, voltando em marcha forçada, visando colher os revoltosos, pela retaguarda — O comunicado governista anuncia a reconquista de São Pedro e Porto Rosário

Amanhã 2 milhões
DE CRUZEIROS
MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO
NA ESQUINA DA SORTE

HOSPEDAR-SE-A' EM QUITANDINHA A SRA. EVA PERON

Chegará no dia 19 — Quarenta malas e dez vestidos de grande gala, adquiridos em Paris

A nota de destaque da Conferência de Petrópolis, e que antecipa como "furo" de reportagem, a presença da sra. Eva Peron, esposa do presidente da Argentina, no local das reuniões em que será discutido o tratado de Itamarati, e aqui aproveitamos a feliz ocasião do ministro Raul Fernandes, documento que consoli-

dará ainda mais a união nas relações públicas americanas, formando uma aliança defensiva entre as mesmas, dando forma permanente aos princípios incorporados no Ato de Chapultepec. Assistirá

próximo, para a primeira dama do país irmão.

Embora não venha como membro da delegação, e não deixe de ser um simples encontro fortuito entre a sra. Peron e a Conferência, a oportunidade de sua chegada no período das primeiras reuniões e a sua estada exatamente no centro convergente da situação internacional, com a permanência de Marshall e dos outros chanceleres americanos em Quitandinha, permitiu dar um sentido mais amplo e objetivo ao fato de uma política presidencial da chancelaria argentina, no recesso dos bastidores das comissões. E, que, embaixatriz da boa vontade, vem a esposa do primeiro ministro.

(Conclui na 2.ª pág.)

FORMOSA, 7 (U. P.) — Em todos os pontos da fronteira com o Paraguai está-se esperando, de um momento para outro, que a Voz da Vitória anuncie a queda de Assunção. Os últimos detalhes da luta pela posse da capital paraguaia deixam entrever que a sorte da cidade está por horas. Morínigo mobilizou os últimos efetivos que dispunha para lutar a defesa da cidade. Uma comunicação com o correspondente de Glória diz que nesta cidade houve-se perfeitamente o fragor da luta pela conquista de Assunção. A queda de Campo Grande em poder dos rebeldes, grande baluarte de

Morínigo, inclinou a batalha pela posse de Assunção a favor dos revoltosos. Afirma-se que as tropas governistas foram forçadas a recuar para linha defensiva situada já no próprio coração da cidade, estando as forças de Morínigo dispostas a defender a capital de casa por casa. A emissora oficial afirma que Morínigo não abandonará a presidência até que termine seu último minuto de governo legal.

Corrida com o tempo

BUENOS AIRES, 7 (R.) — Segundo informações procedentes da fronteira com o Paraguai, a batalha de Assunção está se transformando numa corrida com o tempo. Os revolucionários estão fazendo grandes esforços para

conquistar a capital antes que cheguem as forças que Morínigo tinha enviado para o norte e que estão regressando em marcha forçada. As notícias de fonte revolucionária dizem que a queda de Assunção é iminente, pois os atacantes estão vencendo todos os obstáculos. Outras informações asseguram, contudo, que o grosso (Conclui na 2.ª pág.)



General Peron

OS ESTADOS UNIDOS "ADEREM" AO PLANO PERON

Noticiado o fato pelo governo argentino — Divulgado em Buenos Aires o texto da resposta de Marshall

BUENOS AIRES, 7 (A. P.) — O governo argentino que os Estados Unidos "aderiram" ao plano argentino de "Paz, Internas e Externas" e divulgou o texto da nota da general George Marshall, secretário de Estado norte-americano.

O texto da nota americana é o seguinte: — "Tenho a honra de acusar a recepção da nota de Vossa Excelência, datada de 6 de Julho de 1947, que me foi en-

tregeada pelo embaixador da Argentina em Washington, a 8 de Julho. Nesta nota, Vossa Excelência, depois de expressar a necessidade de cooperação para a paz mundial, fez um apelo ao governo e ao povo de meu país para adotar as três medidas seguintes: Aderir firmemente a estes princípios pacíficos; apelar conjuntamente com os outros países americanos e a Santa Sé (Conclui na 2.ª pág.)

O PRINCIPIO DA SOLIDARIEDADE AMERICANA CONTRA A AGRESSÃO E' UMA INICIATIVA BRASILEIRA

Em torno da "Ata de Chapultepec", desenvolver-se-ão as "demarches" da Conferência de Petrópolis — O caminho do futuro — Possibilidades da discussão de outros assuntos — O histórico do panamericanismo e a missão do Brasil — Incisivas e oportunas declarações do secretário geral do Itamarati, embaixador Hildebrando Accioly, delegado brasileiro à grande assembleia diplomática das três Américas

Na história da Diplomacia Brasileira, destes últimos anos, o embaixador Hildebrando Accioly vem desempenhando um papel de alta significação internacional. Seu nome está ligado a diversas conferências e reuniões das quais participou o Brasil e sua atuação vem se assestando, de há muito, nas melhores diretrizes de nossa política externa. Já na Conferência de 1937, em Buenos Aires, o embaixador Hildebrando Accioly, teve oportunidade de representar o pensamento brasileiro em face dos grandes problemas continentais. Serviu o nosso país como Ministro Plenipotenciário junto ao Governo de Bucarest e como embaixador junto à Santa Sé.

Atualmente, secretário geral do Itamarati, foi designado delegado brasileiro à Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz (Conclui na 2.ª pág.)



O embaixador Hildebrando Accioly quando falava ao repórter

"Tenho a impressão de que os padeiros não terão mais do que já obtiveram" — declara-nos o sr. Mader Gonçalves, um dos membros da sub-comissão do trigo, na C.C.P. — Tem todos os elementos para uma exposição franca sobre o assunto — Boas as existências de farinha — A questão do preço é que vai ser discutida

O caso do pão continua a suscitar os mais variados comentários e agora mesmo se acha em andamento um sensacional entrecuque, com os padeiros de um lado, que-

rendo cada vez esmagar mais o povo, e os vendedores do outro, dispostos a apurar tímido por tímido, a realidade dos fatos, em defesa dos consumidores.

Como sabem os leitores, a última vez que o problema foi ventilado na Comissão Central de Preços, ocasião em que o sr. Mader Gonçalves apresentou uma indicação que foi prejudicada por decisão do presidente daquele órgão de controle de preços, ficou assentado que o mesmo iria estudar o caso.

Declarações do sr. Mader Gonçalves

O sr. Mader Gonçalves, um dos membros da sub-comissão de trigo, ao qual perguntamos o que havia de novo sobre o pão.

Tenho estado a coligir dados sobre preços da farinha de trigo, examinando várias tabelas de preços de pão e já tenho em meu

(Conclui na 2.ª pág.)

A Lei Orgânica do Distrito Federal Chegou à Comissão de Justiça da Câmara e projeto de Senado

Chegou à Comissão de Justiça da Câmara o projeto de Lei Orgânica do Distrito Federal, já aprovado pelo Senado. A Câmara terá, agora, que decidir sobre uma questão importante, a de optar pelo projeto do Senado ou pelo que teve início na Câmara, pois, como é sabido, os dois foram simultaneamente iniciados nas duas Casas do Legislativo.

DIARIO DE INCOERENCIAS

20 DE JUNHO: "OTIMOS RESULTADOS" 29 DE JULHO: "TOTALMENTE INEFICAZ"

HÁ NÓVE DIAS, O DIRETOR DO HOSPITAL SÃO SEBASTIAO JÁ AFIRMAVA QUE O NOVO MEDICAMENTO "H.J.S." DE NADA VALIA — POR QUE, ENTÃO, AINDA TRABALHA A COMISSÃO ENCARREGADA DE DAR PARECER? — UM JULGAMENTO ANTECIPADO QUE NÃO PODERIA SER FEITO — NÃO SE DEVE POR EM CHOQUE A BOA FE' DO PUBLICO

É realmente surpreendente o que se está verificando na questão do novo tratamento da tuberculose, cujas experiências vi-

nham sendo feitas no Hospital São Sebastião. Quase diariamente temos apontado curiosas e inexplicáveis incoerências que,

CHEGARÁ, SEGUNDA FEIRA, O CHANCELER MEXICANO À CONFERENCIA DE PETROPOLIS

Em nossa redação o sr. Rafael Muñoz — Os membros da delegação

Recebemos ontem a visita do sr. Rafael Muñoz, diretor de informações da Secretaria das Relações Exteriores do México, que veio nos anunciar a chegada do sr. James Torres Bodet, chanceler do seu país, cujo desembarque está marcado para segunda-feira, conforme notícia já publicada por nós, às 10.30 horas, no aeroporto Santos Dumont.

Esteve o sr. Rafael Muñoz em demorada palestra com o nosso diretor e durante a sua permanência na A Manhã informou que a delegação do seu país irá para Petrópolis no dia 13 próximo, vindo ficar hospedada no 1.º andar do Hotel Quitandinha.

Os componentes da delegação

É a seguinte a relação dos membros que farão parte da de-

UM BURRO NO TELhado DA CASA

PRELIMINAR (Fotografia) (A. P.) "Há um burro no seu telhado" — gritaram os vizinhos, batendo na porta de uma das casas daqui. A família, que no momento se achava à mesa, olhou para cima e viu as quatro pernas do animal, pendentes do telhado. Verificou-se logo o motivo. Foi perdido o anzol e alguns homens, com cordas, conseguiram tirar do telhado o visitante indesejável. A casa em questão fica encostada à estrada e seu telhado está no mesmo nível da rua.

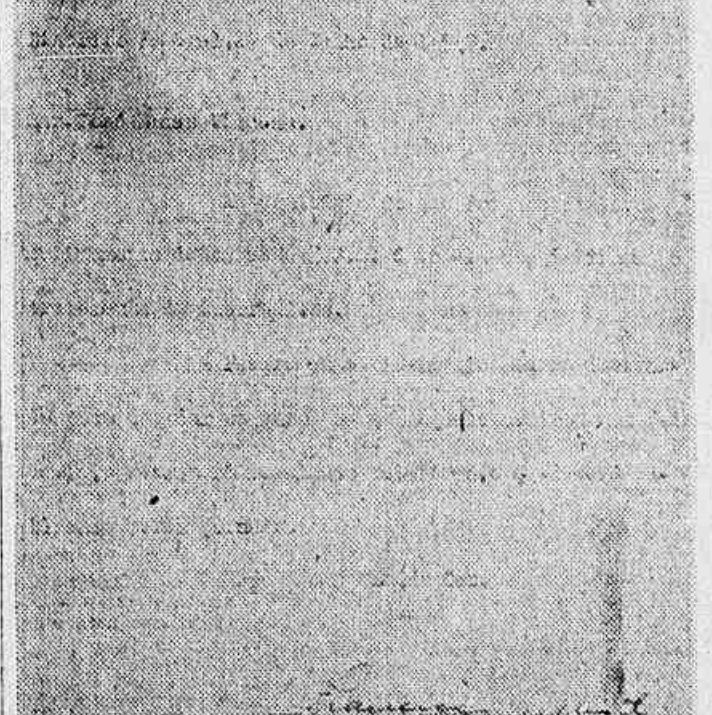
Aportará, hoje, o "Loide América"

Deverá dar entrada hoje, na Guanabara às primeiras horas da manhã, o vapor "Loide América", o primeiro da série de modernos vapores de carga adquiridos pelo Loide Brasileiro. A nave nacional conduz, para este porto, 5.801.263 quilos de carga, inclusive 299.980 quilos de farinha de trigo; 1.041.842 quilos de papel para imprensa em bobinas, além de 27.216 quilos de bacalhão.

de modo algum e em face da importância e gravidade do assunto, encontram qualquer justificativa. Com a mesma facilidade e falta de cerimônia, são feitas afirmativas e externadas opiniões, que, dias depois, são completamente contrariadas e, até mesmo, negadas. Tem sido de

Pesamos, mesmo, ter que bater no assunto, o que não podemos deixar de fazer até o desaparecimento da cortina de ferro, que, por motivos bastante complexos, procuramos envolver a questão. Por outro lado, não temos preocupação para defender quaisquer outros interesses, que não sejam

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DE SAUDE E ASSISTENCIA
DEPARTAMENTO DE TUBERCULOSE
HOSPITAL S. SÃO SEBASTIAO



DR. FRANCISCO GUGLIOTTI

O sr. José Nunes Vilhena, nosso leitor em São Paulo, cedeu a A MANHÃ o "fac-símile" da carta que lhe enviou o dr. Francisco Gugliotti. Desde o dia 29 de julho, o diretor do "São Sebastião" já afirmava que o novo produto "é totalmente ineficaz".

causar espanto as revelações que temos feito sobre o momento de chegada da carteira e malandros perigosos. Ali, nos bares e cafés, misturam-se aos marujos e embarcadouros dos navios aportados, entregando-se à bebedeira e ao mála abjecto deboche, fazendo

os da coletividade, os do povo, e os da verdade. A história é simples nas suas linhas gerais, embora, muito complicada no seu fundo. Há cerca de quatro meses, o cineasta tcheco J. M. S. Sternberg, desejando fazer experiências, em nosso clima, com um preparado (Conclui na 2.ª pág.)

HORARIO UNICO A PARTIR DE 18 PROXIMO

O presidente do Banco do Brasil comunica ao ministro do Trabalho a adoção do novo sistema

"O Ministro do Trabalho recebeu hoje um ofício do Presidente do Banco do Brasil comunicando que, a partir de 18 do corrente, esse estabelecimento adotará o horário único que vinha sendo pleiteado pelos bancos por intermédio das Juntas Governativas dos Sindicatos dos Bancários, do Rio, S. Paulo e de outros Estados. Ficará assim atendida a justa

pretensão dos empregados em estabelecimentos bancários, que contou, desde o primeiro instante, com a simpatia de todas as classes interessadas e, especialmente, dos Sindicatos dos Bancários, Associação Bancária do Rio de Janeiro e Banco do Brasil, cujo presidente emprestou todo o seu apoio para que fosse, de modo satisfatório, resolvida a aspiração daquela numerosa classe".

O "FAR-WEST" DA PRAÇA MAUA'

Situação de insegurança e imoralidade naquele logradouro público — Meretrício e malandragem — Assaltos e conflitos — A polícia precisa voltar as vistas para os bares e cafés ali instalados

Inúmeras vezes temos chamado a atenção das autoridades para o ambiente de imoralidade e insegurança que, desde há muito, caracteriza a Praça Mauá. Para esse logradouro convergem, aos magotes, as figuras mais representativas do "bas-fond"

caribea — desde as infelizes decadas até os mais hábeis batedores de carteira e malandros perigosos. Ali, nos bares e cafés, misturam-se aos marujos e embarcadouros dos navios aportados, entregando-se à bebedeira e ao mála abjecto deboche, fazendo

ocorrer em plena via pública os mais escabrosos e ofensivos a moral. O suplício das famílias é verdade que, de quando em quando, a polícia realiza "ca-

(Conclui na 2.ª página)

ar — Fone: 22-6353 — Aberto de
as 18 horas

LOTERIA FEDERAL

2

MILHÕES DE CRUZEIROS

AMANHÃ



	82.961,80	
	865.213,20	
	2.819.271,10	721.650.038,20
	8.516.600,00	
	47.783.413,50	
	12.513.580,70	
	11.862.937,70	
	7.733.755,80	
	2.585.890,10	
	2.184.232,00	93.180.399,80
	14.801.510,40	
	5.031.400,00	
	435.248,70	20.268.159,10
	123.434.378,50	
	358.592.975,60	

exigível no próprio exercício em que são contraídos. Essa exigibilidade, porém, nunca se efetiva.

Quatro meses de trabalho ininterrupto anunciam quatro anos de realizações efetivas para o bem do mineiro

para o total desses encargos, incluindo as épocas em que o Tesouro está aparelhado para, solver todos os seus débitos.

O que se observa na prática é o seguinte:

- 1) — Contas a pagar, de exercícios anteriores e deste exercício, relativas a pessoal, material, construções, diversas, etc.
- 2) — Juros e apólices a resgatar de exercícios anteriores e depósitos diversos.
- 3) — Adiantamentos em c/c bancários.

Da parcela de Cr\$ 93.180.399,80 devemos deduzir a de Cr\$ 16.917.032,50, correspondente ao numerário já em poder de pagadores para liquidação das contas reduzindo-se, portanto, a Cr\$ 76.263.367,30 o total a pagar aos credores do Estado.

Quanto aos juros e apólices a resgatar de exercícios anteriores e depósitos diversos, que figuram no passivo pela quantia de Cr\$ 20.268.189,10, apenas cerca de 50% serão reclamados durante o ano.

Finalmente, da última parcela

Contas a pagar: 76.263.367,30
Juros e apólices a resgatar de exercícios anteriores e depósitos diversos: 10.000.000,00
Descobertos bancários: 77.109.085,30

Evidentemente não será possível realizar-se a liquidação total de tais débitos, de modo a reduzir a dívida do Estado da importância de cento e sessenta milhões de cruzeiros.

Entretanto, na grande rotação financeira dos negócios públicos, que neste exercício deve ultrapassar, em muito, a um bilhão de cruzeiros, tais compromissos são automaticamente liquidados, mas outros serão contrários no decorrer do ano, pelo que este inevitável, em virtude da continuidade em que se encontra o Estado, de desequilíbrio orçamentário.

11) ORÇAMENTO PARA O CORRENTE EXERCÍCIO (1947)

No orçamento para o exercício em curso, a receita foi prevista em Cr\$ 998.570.500,00, havendo sido a despesa fixada em Cr\$ 998.002.918,00.

Devemos esclarecer que dificilmente uma arrecadação atingirá a receita prevista, pois não foram tomadas, na ocasião oportuna, as providências necessárias ao seu incremento.

Adiante sugerimos medidas que, se entrarem em fase de execução no segundo semestre, possibilitarão uma receita, neste exercício, de Cr\$ 990.000.000,00, aproximadamente.

Em relação à despesa, fixada em Cr\$ 998.002.918,00, será preciso considerar: primeiro, os créditos reservados para este exercício, no montante aproximado de 140 milhões de cruzeiros, dos quais pelo menos a metade terá de ser gastada; segundo, os créditos a serem abertos em virtude de despesas não computadas no orçamento em curso, calculadas em 55 milhões de cruzeiros; terceiro — créditos suplementares inevitáveis em todas essas parcelas incorporadas ao orçamento vigente, juntas atingindo Cr\$ 40.000.000,00 acrescidos pelo governo imediatamente anterior, indicam a necessidade de recursos permanentes destinados a enfrentar um desgaste que poderá ser aproximadamente de Cr\$ 238.000.000,00.

12) — PROGRAMA DE AÇÃO

Diante das dificuldades que estavam assolando o Tesouro, julgamos indispensável a elaboração de um programa, cuja aplicação imediata deveria, pelo menos, aliviar-nos dos encargos mais prementes.

Para se atender aos compromissos do Estado, tornava-se indispensável a elaboração, como despesa, de um plano administrativo, tendente à aproximação do equilíbrio orçamentário.

A eliminação do "déficit" é problema que não poderá ser resolvido imediatamente, mas que será possível no período de dois a três anos mediante a adoção de medidas adequadas.

Tratando-se de despesas de caráter permanente, não restava a menor dúvida de que não podiam

DESPESA:

Total das autorizadas	Cr\$ 1.138.656.373,10
Mais:	
Créditos especiais a serem abertos	55.000.000,00
A deduzir:	1.193.656.373,10
Créditos Dep. Estradas de Rodagem e 60% de Créditos Especiais	99.132.651,60
Receita provável do exercício	900.000.000,00
O "Déficit" se reduzirá a	194.523.718,00

Se considerarmos que também outros gastos serão reduzidos — despesas do pessoal, gratificações, diárias, serviços extraordinários, percentuais, material, custeio de automóveis, etc. — a economia será considerável, mas não suficiente ainda para os diversos compromissos ou responsabilidades do Tesouro.

Examinemos, agora, a situação tributária do Estado.

13) Situação tributária.

A legislação tributária do Estado deverá sofrer, necessariamente, sensíveis alterações, no sentido de adaptá-la à nova distribuição de rendas decretada pela Constituição Federal e pela Estadual.

Verificamos da leitura dos textos constitucionais que essa discrimi-

responsabilidades efetivas do Estado para com terceiros, constituindo definitivas fontes de recursos para o Tesouro.

b) — além dos depósitos especiais, temos ainda a considerar os seguintes grupos de contas que integram a dívida (Jutante):

Cr\$ 93.180.399,80
20.268.189,10
128.438.578,90
230.887.097,70

de Cr\$ 128.438.578,90, relativa a descobertos em contas correntes bancárias, devendo esclarecer que uma parte, no valor de Cr\$ 46.325.293,20, está garantida com caução de apólices e de outros valores. A rigor, pois, os descobertos que devem ser regularizados neste exercício, somam Cr\$ 77.109.085,30 em 18-3-1947.

Felizes as deduções enumeradas, chegamos à conclusão de que os compromissos de maior urgência, que devem ser normalizados neste exercício, referentes à Dívida Flutuante, são os seguintes:

Cr\$ 76.263.367,30
10.000.000,00
77.109.085,30
163.372.452,60

ser custeadas exclusivamente com o produto de operações de crédito.

Havia urgente necessidade, pois, de se tomarem imediatas providências que assegurassem a liquidação de tais vultosas responsabilidades, com os recursos normais da receita orçamentária.

As providências que nos pareceram mais acertadas podem dividir-se nas seguintes categorias:

- 1) Redução de despesas;
- 2) Aumento da arrecadação;
- 3) Plano de recuperação econômica.

13) REDUÇÃO DE DESPESAS

Havendo os encargos do Tesouro aumentado de cerca de Cr\$ 263.000.000,00, tornava-se necessário proceder à rigorosa análise da despesa orçamentária, a fim de verificar a possibilidade de economia no custeio dos serviços públicos, o que foi feito através de sua reestruturação e da seleção do pessoal; da exigência de concurso para provimento dos cargos, o que suprime o contrato de extrajornalismo; da suspensão ou redução dos serviços extraordinários, assim como, das consignações a alguns serviços, entre os quais a Navegação do S. Francisco, R.M.V., a Usina Central do Leite, o Hotel de Araxá e outros estabelecimentos industriais do Estado.

Adiante sugerimos medidas que, se entrarem em fase de execução no segundo semestre, possibilitarão uma receita, neste exercício, de Cr\$ 990.000.000,00, aproximadamente.

Em relação à despesa, fixada em Cr\$ 998.002.918,00, será preciso considerar: primeiro, os créditos reservados para este exercício, no montante aproximado de 140 milhões de cruzeiros, dos quais pelo menos a metade terá de ser gastada; segundo, os créditos a serem abertos em virtude de despesas não computadas no orçamento em curso, calculadas em 55 milhões de cruzeiros; terceiro — créditos suplementares inevitáveis em todas essas parcelas incorporadas ao orçamento vigente, juntas atingindo Cr\$ 40.000.000,00 acrescidos pelo governo imediatamente anterior, indicam a necessidade de recursos permanentes destinados a enfrentar um desgaste que poderá ser aproximadamente de Cr\$ 238.000.000,00.

14) MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

O vulto dos compromissos orçamentários, a que nos referimos na parte própria, está a exigir medidas de emergência no sentido da compressão, tanto quanto possível, dos gastos do corrente exercício.

Com tal objetivo, o Governo não poderia deixar de tomar, como tomo, estas duas providências:

- a) transferência para o exercício de 1948 dos créditos especiais, cuja aplicação possa ser adiada;
- b) "congelamento de verbas", em prejuízo da marcha normal dos serviços.

Uma parte, pelo menos, dos créditos especiais, no valor de Cr\$ 102.302.499,20, poderá sofrer redução de 60%, isto é, cerca de Cr\$ 60.000.000,00, dotação que seria transferida para o próximo exercício, a fim de atender ao processamento das obras por eles custeadas.

Com essas medidas e atendendo a que o Governo terá de abrir créditos adicionais no montante, aproximadamente, de Cr\$ 55.000.000,00, o resultado provável da execução orçamentária de 1947 será a seguinte:

Cr\$ 1.138.656.373,10
55.000.000,00
1.193.656.373,10
99.132.651,60
900.000.000,00
194.523.718,00

Se considerarmos que também outros gastos serão reduzidos — despesas do pessoal, gratificações, diárias, serviços extraordinários, percentuais, material, custeio de automóveis, etc. — a economia será considerável, mas não suficiente ainda para os diversos compromissos ou responsabilidades do Tesouro.

Examinemos, agora, a situação tributária do Estado.

13) Situação tributária.

A legislação tributária do Estado deverá sofrer, necessariamente, sensíveis alterações, no sentido de adaptá-la à nova distribuição de rendas decretada pela Constituição Federal e pela Estadual.

Verificamos da leitura dos textos constitucionais que essa discrimi-

nação favoreceu, sobremaneira, os Municípios, o que é plenamente justificável, pois os municípios são a base da economia mineira, e a União e o Estado, arrecadam 55% e 37%, respectivamente, da receita total do país, restando aos municípios apenas a percentagem mínima de 8%.

Embora justa a providência, não podemos deixar de apontar o fato de que, para o Estado, não decorreu para o Estado sério desfalecimento de renda, pois, passível por inevitáveis descobertos orçamentários, se não foram tomadas, desde já, medidas compensadoras.

Relativamente ao Estado de Minas, os reflexos dos dispositivos constitucionais sobre sua receita se traduzem por uma redução de renda, calculada em oitenta e cinco milhões de cruzeiros aproximadamente, a saber:

Cr\$ 45.000.000,00
5.000.000,00
25.000.000,00
1.000.000,00
6.000.000,00
2.200.000,00
23.000.000,00

A partir do próximo exercício, o Estado deverá iniciar o cumprimento dos dispositivos constitucionais, operando-se então, as seguintes reduções em sua receita:

Cr\$ 33.000.000,00
5.000.000,00
10.000.000,00
15.000.000,00
20.000.000,00
25.000.000,00
30.000.000,00

Os números acima, passíveis de retificação, não se distanciam muito da realidade.

Além disso, temos que registrar a perda de 16 milhões de cruzeiros, quota de rateio do D. N. G., cujo prazo contratual se extinguiu.

Acrescendo-se a esse desfalecimento o aumento da despesa permanente, decorrente das reformas, criação de serviços novos, e outras medidas verificadas no período de novembro de 1946 a 18 de março de 1947, no montante de Cr\$ 260.000.000,00, como ficou dito, chegamos à conclusão inelutável de que precisamos prevenir rendas equivalentes, para alcançar o desejado equilíbrio orçamentário.

Pelos dados do balanço de 1946, vimos que o excesso da receita sobre a despesa, cobria boa parte da despesa acumulada. Entretanto, não podemos contar com igual sorte financeiro para 1947, porque neste exercício já começamos a sofrer os efeitos da nova situação do mercado monetário.

Pelo simples fato de haver o Governo emitido as emissões, o volume dos negócios vem decrescendo, a retração de crédito se acentua, provocando, como é óbvio, sensível diminuição na receita do Tesouro.

E de supor, entretanto, que a receita apurada em 1946, de cerca de 920 milhões de cruzeiros, atingiu, em 1947, a cifra de 900 milhões, desde que as medidas que vimos tomando em relação a mais eficiente fiscalização pro-

ceder o Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda, ficou evidenciado que, considerada apenas a receita tributária, a tributação "per capita", no Estado de Minas, é de Cr\$ 50,40, inferior à da maioria dos Estados da Federação inclusive à de São Paulo.

Mais convincente ainda é o estado rápido que se poderá fazer, da tributação "per capita", em função da produção, também "per capita", e a despesa.

Tomando por base de cálculo os últimos dados estatísticos verificamos que, em 1943, a produção "per capita" foi de Cr\$ 1.017,00, e a tributação "per capita" de Cr\$ 64,89, levando-se em consideração a totalidade da receita orçamentária arrecadada.

Estabelecida a percentagem entre os valores acima encontrados teremos:

Cr\$ 64,89 x 100
Cr\$ 1.017,00
= Cr\$ 6,36, isto é

Nota-se que a região geoeconômica a que pertence Minas, representando apenas 11% da superfície do país, contém 43% de sua população; possui, portanto, uma receita que se eleva a mais de 65% da receita nacional e arrecada impostos que representam 67% do total para todos os Estados (impostos estaduais e municipais).

E a região geoeconômica integrada por Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Estabelecendo a comparação relativamente a São Paulo, teremos: a produção "per capita" desse Estado, em 1943, foi de Cr\$ 2.829,50 — e a tributação "per capita", de Cr\$ 79,10.

Portanto:

Cr\$ 101,10 x 100
Cr\$ 2.829,50
= Cr\$ 6,70 — isto é

Adiante sugerimos medidas que, se entrarem em fase de execução no segundo semestre, possibilitarão uma receita, neste exercício, de Cr\$ 990.000.000,00, aproximadamente.

Em relação à despesa, fixada em Cr\$ 998.002.918,00, será preciso considerar: primeiro, os créditos reservados para este exercício, no montante aproximado de 140 milhões de cruzeiros, dos quais pelo menos a metade terá de ser gastada; segundo, os créditos a serem abertos em virtude de despesas não computadas no orçamento em curso, calculadas em 55 milhões de cruzeiros; terceiro — créditos suplementares inevitáveis em todas essas parcelas incorporadas ao orçamento vigente, juntas atingindo Cr\$ 40.000.000,00 acrescidos pelo governo imediatamente anterior, indicam a necessidade de recursos permanentes destinados a enfrentar um desgaste que poderá ser aproximadamente de Cr\$ 238.000.000,00.

Adiante sugerimos medidas que, se entrarem em fase de execução no segundo semestre, possibilitarão uma receita, neste exercício, de Cr\$ 990.000.000,00, aproximadamente.

Em relação à despesa, fixada em Cr\$ 998.002.918,00, será preciso considerar: primeiro, os créditos reservados para este exercício, no montante aproximado de 140 milhões de cruzeiros, dos quais pelo menos a metade terá de ser gastada; segundo, os créditos a serem abertos em virtude de despesas não computadas no orçamento em curso, calculadas em 55 milhões de cruzeiros; terceiro — créditos suplementares inevitáveis em todas essas parcelas incorporadas ao orçamento vigente, juntas atingindo Cr\$ 40.000.000,00 acrescidos pelo governo imediatamente anterior, indicam a necessidade de recursos permanentes destinados a enfrentar um desgaste que poderá ser aproximadamente de Cr\$ 238.000.000,00.

Adiante sugerimos medidas que, se entrarem em fase de execução no segundo semestre, possibilitarão uma receita, neste exercício, de Cr\$ 990.000.000,00, aproximadamente.

Em relação à despesa, fixada em Cr\$ 998.002.918,00, será preciso considerar: primeiro, os créditos reservados para este exercício, no montante aproximado de 140 milhões de cruzeiros, dos quais pelo menos a metade terá de ser gastada; segundo, os créditos a serem abertos em virtude de despesas não computadas no orçamento em curso, calculadas em 55 milhões de cruzeiros; terceiro — créditos suplementares inevitáveis em todas essas parcelas incorporadas ao orçamento vigente, juntas atingindo Cr\$ 40.000.000,00 acrescidos pelo governo imediatamente anterior, indicam a necessidade de recursos permanentes destinados a enfrentar um desgaste que poderá ser aproximadamente de Cr\$ 238.000.000,00.

Adiante sugerimos medidas que, se entrarem em fase de execução no segundo semestre, possibilitarão uma receita, neste exercício, de Cr\$ 990.000.000,00, aproximadamente.

Em relação à despesa, fixada em Cr\$ 998.002.918,00, será preciso considerar: primeiro, os créditos reservados para este exercício, no montante aproximado de 140 milhões de cruzeiros, dos quais pelo menos a metade terá de ser gastada; segundo, os créditos a serem abertos em virtude de despesas não computadas no orçamento em curso, calculadas em 55 milhões de cruzeiros; terceiro — créditos suplementares inevitáveis em todas essas parcelas incorporadas ao orçamento vigente, juntas atingindo Cr\$ 40.000.000,00 acrescidos pelo governo imediatamente anterior, indicam a necessidade de recursos permanentes destinados a enfrentar um desgaste que poderá ser aproximadamente de Cr\$ 238.000.000,00.

Adiante sugerimos medidas que, se entrarem em fase de execução no segundo semestre, possibilitarão uma receita, neste exercício, de Cr\$ 990.000.000,00, aproximadamente.

Em relação à despesa, fixada em Cr\$ 998.002.918,00, será preciso considerar: primeiro, os créditos reservados para este exercício, no montante aproximado de 140 milhões de cruzeiros, dos quais pelo menos a metade terá de ser gastada; segundo, os créditos a serem abertos em virtude de despesas não computadas no orçamento em curso, calculadas em 55 milhões de cruzeiros; terceiro — créditos suplementares inevitáveis em todas essas parcelas incorporadas ao orçamento vigente, juntas atingindo Cr\$ 40.000.000,00 acrescidos pelo governo imediatamente anterior, indicam a necessidade de recursos permanentes destinados a enfrentar um desgaste que poderá ser aproximadamente de Cr\$ 238.000.000,00.

Adiante sugerimos medidas que, se entrarem em fase de execução no segundo semestre, possibilitarão uma receita, neste exercício, de Cr\$ 990.000.000,00, aproximadamente.

Em relação à despesa, fixada em Cr\$ 998.002.918,00, será preciso considerar: primeiro, os créditos reservados para este exercício, no montante aproximado de 140 milhões de cruzeiros, dos quais pelo menos a metade terá de ser gastada; segundo, os créditos a serem abertos em virtude de despesas não computadas no orçamento em curso, calculadas em 55 milhões de cruzeiros; terceiro — créditos suplementares inevitáveis em todas essas parcelas incorporadas ao orçamento vigente, juntas atingindo Cr\$ 40.000.000,00 acrescidos pelo governo imediatamente anterior, indicam a necessidade de recursos permanentes destinados a enfrentar um desgaste que poderá ser aproximadamente de Cr\$ 238.000.000,00.

Adiante sugerimos medidas que, se entrarem em fase de execução no segundo semestre, possibilitarão uma receita, neste exercício, de Cr\$ 990.000.000,00, aproximadamente.

Em relação à despesa, fixada em Cr\$ 998.002.918,00, será preciso considerar: primeiro, os créditos reservados para este exercício, no montante aproximado de 140 milhões de cruzeiros, dos quais pelo menos a metade terá de ser gastada; segundo, os créditos a serem abertos em virtude de despesas não computadas no orçamento em curso, calculadas em 55 milhões de cruzeiros; terceiro — créditos suplementares inevitáveis em todas essas parcelas incorporadas ao orçamento vigente, juntas atingindo Cr\$ 40.000.000,00 acrescidos pelo governo imediatamente anterior, indicam a necessidade de recursos permanentes destinados a enfrentar um desgaste que poderá ser aproximadamente de Cr\$ 238.000.000,00.

Adiante sugerimos medidas que, se entrarem em fase de execução no segundo semestre, possibilitarão uma receita, neste exercício, de Cr\$ 990.000.000,00, aproximadamente.

Em relação à despesa, fixada em Cr\$ 998.002.918,00, será preciso considerar: primeiro, os créditos reservados para este exercício, no montante aproximado de 140 milhões de cruzeiros, dos quais pelo menos a metade terá de ser gastada; segundo, os créditos a serem abertos em virtude de despesas não computadas no orçamento em curso, calculadas em 55 milhões de cruzeiros; terceiro — créditos suplementares inevitáveis em todas essas parcelas incorporadas ao orçamento vigente, juntas atingindo Cr\$ 40.000.000,00 acrescidos pelo governo imediatamente anterior, indicam a necessidade de recursos permanentes destinados a enfrentar um desgaste que poderá ser aproximadamente de Cr\$ 238.000.000,00.

Adiante sugerimos medidas que, se entrarem em fase de execução no segundo semestre, possibilitarão uma receita, neste exercício, de Cr\$ 990.000.000,00, aproximadamente.

Em relação à despesa, fixada em Cr\$ 998.002.918,00, será preciso considerar: primeiro, os créditos reservados para este exercício, no montante aproximado de 140 milhões de cruzeiros, dos quais pelo menos a metade terá de ser gastada; segundo, os créditos a serem abertos em virtude de despesas não computadas no orçamento em curso, calculadas em 55 milhões de cruzeiros; terceiro — créditos suplementares inevitáveis em todas essas parcelas incorporadas ao orçamento vigente, juntas atingindo Cr\$ 40.000.000,00 acrescidos pelo governo imediatamente anterior, indicam a necessidade de recursos permanentes destinados a enfrentar um desgaste que poderá ser aproximadamente de Cr\$ 238.000.000,00.

Adiante sugerimos medidas que, se entrarem em fase de execução no segundo semestre, possibilitarão uma receita, neste exercício, de Cr\$ 990.000.000,00, aproximadamente.

Em relação à despesa, fixada em Cr\$ 998.002.918,00, será preciso considerar: primeiro, os créditos reservados para este exercício, no montante aproximado de 140 milhões de cruzeiros, dos quais pelo menos a metade terá de ser gastada; segundo, os créditos a serem abertos em virtude de despesas não computadas no orçamento em curso, calculadas em 55 milhões de cruzeiros; terceiro — créditos suplementares inevitáveis em todas essas parcelas incorporadas ao orçamento vigente, juntas atingindo Cr\$ 40.000.000,00 acrescidos pelo governo imediatamente anterior, indicam a necessidade de recursos permanentes destinados a enfrentar um desgaste que poderá ser aproximadamente de Cr\$ 238.000.000,00.

Cr\$ 25.000.000,00
15.000.000,00
75.000.000,00
50.000.000,00
25.000.000,00
190.000.000,00
293.000.000,00
103.000.000,00
293.000.000,00

Sugerimos e adotadas as medidas de cunho estritamente legal, ficamos ainda bem longe do equilíbrio procurado, sendo, portanto, certo que a deficiência terá que ser suprida pela compreensão das despesas públicas e pelo trabalho do pessoal da Fazenda.

Ficará a conta desse pessoal, na fase de execução das providências, notadamente da fiscalização das rendas, e o encargo de fazer com que a aplicação da lei fiscal, de forma rigorosa, mas sem violência, proporcione a receita estadual os meios para cobertura daquela deficiência.

Cumpramos, portanto, a fiscalização em função, pelo desestímulo de rendas, notado em vários produtos, ano a ano, e sensivelmente em 1946, e fruto do aumento das riquezas, do valor dos bens, da intensidade de circulação, da inflação monetária, e não exclusivamente do trabalho fiscal.

Dessa forma, é indispensável a expectativa de que, reunidos os dois fatores, o estímulo dos negócios e a lei fiscal, alcançaremos o objetivo de equilíbrio entre a receita e a despesa.

10 — IMOBILIZAÇÃO DE VERBAS

A fim de restringir tanto quanto possível a despesa orçamentária do Estado, no presente exercício, procedemos a um estudo normalizador de todas as verbas e créditos especiais vigentes, com o objetivo de verificar a possibilidade de reduções nas diversas dotações do orçamento.

Nesse sentido, recomendamos fossem immobilizadas inúmeras verbas, na base média de 20%.

Quanto aos créditos especiais, fixou-se a redução até o limite de 60% do valor das autoriza-

Transformação de cargos na Chefia de Polícia (art. 18 do Ato das Disposições Transitórias)

Criação do Departamento de Criança — art. 19

Criação do Departamento de Trabalho — art. 17

Transformação de Termos em Comarcas — art. 25

Vencimentos da Magistratura — arts. 28 e 29

Aposentadoria de professores — art. 112

Reajustamento de vencimentos — art. 116 da Constituição Estadual

Soma: 28.083.483,10

Cr\$ 53.207.567,50, conforme se vê do quadro abaixo:

Redução de multas (art. 42 do Ato das Disposições Transitórias) 4.000.000,00

Transferência para o Município do Imposto sobre Turismo (art. 10 idem) 1.700.000,00

Transferência para o Município do Imposto de Indústrias e Profissões (art. 107 da Constituição Estadual) 44.889.376,60

CANCELAMENTO DE DÉBITOS CONTRATUAIS DOS MUNICÍPIOS — redução da Receita Patrimonial — (artigo 23 das Disposições Transitórias) 2.918.120,40

Soma: 53.207.567,50

Redução de despesas: 28.083.483,10

Redução da Receita: 53.207.567,50

Total: 81.291.050,60

Além do vultoso aumento do "déficit" orçamentário a que nos referimos, o Estado sofrerá, em virtude do cumprimento do disposto no artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, uma redução em seu ativo de Cr\$ 54.000.000,00 correspondente ao perdão das dívidas contraídas com os "Empréstimos Municipais".

16 — REFORMA E ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ante o exposto, torna-se imperiosa e inadiável, não somente a revisão da nossa legislação tributária, como também a reestruturação do aparelho arrecadador e fiscal do Estado.

Com esse objetivo, a Secretaria das Finanças propõe a criação do estudo da legislação, em face da nova fiscalização de rendas, e elabora um projeto de Código Tributário, que será oportunamente submetido à apreciação da Colêgia assemblear.

Tal projeto de reforma terá em vista as condições econômicas e sociais do Estado, de modo a não embarracar o natural desenvolvimento de nossas fontes de riqueza. Aliás, seu estudo preliminar foi submetido à apreciação das classes produtoras, de cujo parecer imediato espera o governo para a solução dos atuais problemas da Administração.

Durante o período de transição, que se findou em 14 do corrente, o governo, dada a gravidade da atual situação econômico-financeira, viu-se na contingência de introduzir imediatas alterações na legislação tributária do Estado. Referimo-nos à criação da "Taxa sobre o Café" e da "Taxa de Serviços de Recuperação Econômica" (Decreto-lei números 2.124 e 2.132, respectivamente, de 25 de junho e 12 de julho deste ano).

A primeira, visa a substituir os seguintes tributos que incidiam diretamente sobre o café, até 31 de dezembro de 1945:

Cr\$ 4,00
12,00
0,60
16,60

Pelo decreto-lei número 2.132, acima citado, esses tributos se unificaram na nova taxa sobre o café, cobrada à razão de Cr\$ 14,00 por saca, o que significava uma redução substancial nos tributos que oneravam o nosso principal produto.

Comparando-se a atual taxa de mineração sobre o café com a de outros Estados cafeeiros, verificamos que a taxa ora criada é de Cr\$ 26,40, a do Rio de Janeiro, Cr\$ 16,60, e a proposta para Vigorão em São Paulo, Cr\$ 12,00.

No que diz respeito à "Taxa de Serviços de Recuperação Econômica",

regalamos de promessas e juros em outras condições garantidas

Resgate de promessas e juros em outras condições garantidas

Resgate de promessas e juros em outras condições garantidas

Resgate de promessas e juros em outras condições garantidas

Resgate de promessas e juros em outras condições garantidas

Resgate de promessas e juros em outras condições garantidas

Resgate de promessas e juros

Quatro meses de trabalhos ininterruptos para o bem do povo em quatro anos

na, isso quanto ao custo da produção.

Embora seja relativamente pequeno o progresso industrial do Estado, o aproveitamento de novas fábricas, com o consequente aumento da produção, está congestionando todo o sistema de transportes que, por isso mesmo, precisamos melhorar substancialmente a tração a vapor pela elétrica.

Por todos esses motivos, devemos voltar as vistas para nossos recursos hidráulicos.

27) Produção agrícola

Os centros populacionais da nação reclamam mais e mais os produtos da agricultura. Para incentivar a produção teremos de melhorar os métodos e práticas empregados, estabelecendo uma política baseada na ciência e na técnica.

Nortear essa política, com que se pretende vencer o emperrado de nossos agricultores, o objetivo que sempre se terá em vista, de aumentar, baratear e melhorar a produção, aproveitando-a integralmente, pela industrialização e garantindo-lhe transporte rápido e módico. Os processos antigos, que ainda perduram, tornaram o solo, esterilizado pelo fogo e empobrecido pela erosão causada pelas chuvas abundantes, quase incapaz de produzir.

Assim que um hectare de terras produz em Minas 30 toneladas de cana de açúcar, enquanto que em Java essa produção se eleva a 300 toneladas.

Na mesma área os americanos obtêm 15.000 quilos de milho, no passo que nós apenas conseguimos 1.300.

Poder-se-iam citar outros exemplos que evidenciam a queda de nossa produção.

Urge melhorar esse índice, e a campanha que se vai iniciar, com o objetivo de salvar o solo e corrigir a irrigação, pela disseminação da prática da irrigação e da drenagem, pelo incentivo ao reflorestamento, pela multiplicação, através do uso da máquina, do esforço humano e especialmente pelo emprego de sementes selecionadas.

Uma política agrícola nessa direção, e com o auxílio do crédito agrícola, há de transformar o Estado em grande expressão econômica.

28 — PRODUÇÃO ANIMAL

O Estado de Minas possui um rebanho avaliado em cerca de seis bilhões de cruzados, com uma produção calculada em três bilhões.

A exportação do gado em pé, desinteressante às estradas de ferro, ocasiona anualmente pelas grandes distâncias a transport, por morte e perda de peso do rebanho, um prejuízo de Cr\$ 40.000.000.

Dal, e ainda do fato de ser Minas um Estado centralizado em grande parte da economia da terra, a necessidade de industrializar seus produtos, notadamente carne, coisa só possível pela instalação de grandes frigoríficos.

Atualmente, exportamos até os subprodutos da malança, alimentando indústrias de outros Estados, às quais, em seguida, devemos buscar o produto manufaturado.

Pouco se fez no passado em benefício de nossa produção animal, deixando-se sem defesa nossos rebanhos e permitindo-se até, sem protesto, que raças aqui formadas se enriquecessem os registros genealógicos de outras unidades da Federação.

As doenças, diziam nossos rebanhos, calculando-se que apenas duas epizootias ocasionaram prejuízos avaliados em Cr\$ 450.000.000 em cada um dos 3 últimos anos.

Só a defesa e o fomento em larga escala podem contribuir para o aumento e melhoria de nossa produção.

A indústria mineira de laticínios, a mais bem aparelhada do país, obterá assim matéria prima abundante para seu desenvolvimento. Defender e aprimorar nossos rebanhos, industrializando-os, os produtos, eis os fins visados neste plano.

Distribuição, em larga escala, reprodutores indianos, consequentemente aquele desiderato, sendo certo que, em pouco tempo, poderemos debrar a produção de leite no Estado.

A política de fomento da produção animal se orientará no sentido da defesa e proteção dos rebanhos, de sua multiplicação e aperfeiçoamento, e da industrialização de seus produtos.

29) Produção industrial

A despeito de sua grande riqueza, o desenvolvimento industrial de Minas se opera com lentidão demasiada, não podendo ser comparado com o de alguns Estados da Federação, onde as atividades manufatureiras atingiram proporções apreciáveis.

Via de regra, o Estado exporta matérias primas de origem mineral e produtos agropecuários de baixo preço, importando artigos manufaturados de alto valor.

Dal, o desequilíbrio existente entre o nosso e os outros Estados, desequilíbrio que a execução do plano de produção fará desaparecer, provocando o desenvolvimento crescente de todas as nossas atividades produtivas.

Tal objetivo se conseguirá através da aplicação efetiva de todas as medidas previstas, inclusive uma sã política tarifária e de transportes, e da construção de grandes centrais elétricas destinadas ao fornecimento de energia a baixo preço.

Além da construção de uma nova cidade industrial, o Estado promoverá o estabelecimento de uma grande rede de frigoríficos de onde surgirá a indústria da carne, base de muitas outras, pelo aproveitamento de seus produtos e subprodutos.

Nesse plano, no tocante à produção industrial, ter-se-á sempre em vista que:

I — que o Estado que as atividades industriais deverão processar-se sob primado da iniciativa particular;

II — que a ele incumbe estimular a iniciativa promovendo a adoção de medidas que lhe facilitem a ação;

III — que lhe compete agir sucessivamente, a fim de encorajar e auxiliar a iniciativa privada;

IV — que só deve intervir na atividade industrial, caso a iniciativa particular por omissão ou inação, limitada essa intervenção às indústrias fundamentais e de caráter básico. Ficará livre a manufatureira ou de transformação corrente, que será auxiliada para que se desenvolva e produza

cada vez mais, melhor e por menores preços.

30 — POLÍTICA FISCAL DE AMPARO À PRODUÇÃO

Cumprir ao Estado definir sua política de amparo à produção, é definir a sua economia. Assim, o sistema tributário que se adotar deverá especificamente, facilitar o desenvolvimento das atividades econômicas, sem cuidar apenas da arrecadação. Esta será consequência daquele desenvolvimento.

As fontes produtoras deverão ficar tanto quanto possível, a salvo dos rigores fiscais. Os tributos serão estipulados de maneira a não absorver as possibilidades econômicas do contribuinte, seja ele produtor ou consumidor.

Os produtos julgados essenciais ao desenvolvimento da economia mineira ficarão à margem dos diversos tributos. Além por isso da isenção de impostos, poderão ser concedidas para Minas muitas vantagens de quele emigraram, além de outras novas de grande interesse para a sua economia.

31 — POLÍTICA TARIFÁRIA E DE TRANSPORTES

O orientação tarifária, adequada às condições de Minas, deverá processar-se em função de sua economia. O atual sistema de fretes ferroviários vem dificultando os meios de transformação dos produtos no território mineiro, pois a incidência sobre a exportação de matérias primas e produtos primários e inferior à que recai sobre os produtos manufaturados.

Não se propõe a supressão da saída de matérias primas do Estado, mas procura-se facilitar a exportação de produtos já beneficiados e manufaturados. Com esse critério, criar-se-ão meios próprios à fixação do homem no interior, evitando-se as constantes sangrias nas disponibilidades de mão-de-obra. Do mesmo modo, evitar-se-á a saída de matérias primas, criando-se meios de atração para as indústrias de caráter genuinamente mineiro.

As tarifas atuais, portanto, devem sofrer revisão, de forma a permitir o desenvolvimento produtivo de nossa economia, ao mesmo tempo que se procurará regular o escoamento das safras de produtos agrícolas. Além da ferrovia subordinada ao Estado, também se deve reorganizar e reestruturar as suas tarifas, cumprindo ao Governo diligenciar nesse sentido.

Como corolário da orientação tarifária, procurar-se-á obter o congestionamento dos transportes em determinadas épocas do ano, para o que será utilizada considerável rede de armazéns reguladores, de propriedades do Estado e de empresas privadas.

A conformação geográfica de Minas, a despeito da sua riqueza, a necessidade de industrializar seus produtos, notadamente carne, coisa só possível pela instalação de grandes frigoríficos.

Atualmente, exportamos até os subprodutos da malança, alimentando indústrias de outros Estados, às quais, em seguida, devemos buscar o produto manufaturado.

Pouco se fez no passado em benefício de nossa produção animal, deixando-se sem defesa nossos rebanhos e permitindo-se até, sem protesto, que raças aqui formadas se enriquecessem os registros genealógicos de outras unidades da Federação.

As doenças, diziam nossos rebanhos, calculando-se que apenas duas epizootias ocasionaram prejuízos avaliados em Cr\$ 450.000.000 em cada um dos 3 últimos anos.

Só a defesa e o fomento em larga escala podem contribuir para o aumento e melhoria de nossa produção.

A indústria mineira de laticínios, a mais bem aparelhada do país, obterá assim matéria prima abundante para seu desenvolvimento. Defender e aprimorar nossos rebanhos, industrializando-os, os produtos, eis os fins visados neste plano.

Distribuição, em larga escala, reprodutores indianos, consequentemente aquele desiderato, sendo certo que, em pouco tempo, poderemos debrar a produção de leite no Estado.

A política de fomento da produção animal se orientará no sentido da defesa e proteção dos rebanhos, de sua multiplicação e aperfeiçoamento, e da industrialização de seus produtos.

29) Produção industrial

A despeito de sua grande riqueza, o desenvolvimento industrial de Minas se opera com lentidão demasiada, não podendo ser comparado com o de alguns Estados da Federação, onde as atividades manufatureiras atingiram proporções apreciáveis.

Via de regra, o Estado exporta matérias primas de origem mineral e produtos agropecuários de baixo preço, importando artigos manufaturados de alto valor.

Dal, o desequilíbrio existente entre o nosso e os outros Estados, desequilíbrio que a execução do plano de produção fará desaparecer, provocando o desenvolvimento crescente de todas as nossas atividades produtivas.

Tal objetivo se conseguirá através da aplicação efetiva de todas as medidas previstas, inclusive uma sã política tarifária e de transportes, e da construção de grandes centrais elétricas destinadas ao fornecimento de energia a baixo preço.

Além da construção de uma nova cidade industrial, o Estado promoverá o estabelecimento de uma grande rede de frigoríficos de onde surgirá a indústria da carne, base de muitas outras, pelo aproveitamento de seus produtos e subprodutos.

Nesse plano, no tocante à produção industrial, ter-se-á sempre em vista que:

I — que o Estado que as atividades industriais deverão processar-se sob primado da iniciativa particular;

II — que a ele incumbe estimular a iniciativa promovendo a adoção de medidas que lhe facilitem a ação;

III — que lhe compete agir sucessivamente, a fim de encorajar e auxiliar a iniciativa privada;

IV — que só deve intervir na atividade industrial, caso a iniciativa particular por omissão ou inação, limitada essa intervenção às indústrias fundamentais e de caráter básico. Ficará livre a manufatureira ou de transformação corrente, que será auxiliada para que se desenvolva e produza

cada vez mais, melhor e por menores preços.

30 — POLÍTICA FISCAL DE AMPARO À PRODUÇÃO

Cumprir ao Estado definir sua política de amparo à produção, é definir a sua economia. Assim, o sistema tributário que se adotar deverá especificamente, facilitar o desenvolvimento das atividades econômicas, sem cuidar apenas da arrecadação. Esta será consequência daquele desenvolvimento.

As fontes produtoras deverão ficar tanto quanto possível, a salvo dos rigores fiscais. Os tributos serão estipulados de maneira a não absorver as possibilidades econômicas do contribuinte, seja ele produtor ou consumidor.

Os produtos julgados essenciais ao desenvolvimento da economia mineira ficarão à margem dos diversos tributos. Além por isso da isenção de impostos, poderão ser concedidas para Minas muitas vantagens de quele emigraram, além de outras novas de grande interesse para a sua economia.

lize, da riqueza do solo agrícola em reservas minerais assimiláveis.

Cumprir, pois, antes de mais nada, regenerar as terras esgotadas ou restituí-las ao solo os elementos de riqueza durante anos. Alimentação mais rica e acréscimo da taxa de produção por unidade de superfície, pelo uso racional do solo, aumentará o rendimento do esforço humano e permitirá empreender uma proflaxia sistemática.

Em nossas condições atuais, só parcialmente será exequível um programa de saúde pública. Mas urge lutar o combate às endemias que minam a energia vital do homem e acarretam considerável diminuição do dia de trabalho. Nas regiões palustres o rendimento médio do homem nunca excede a 25% do normal.

Compreendendo a importância do combate às endemias, e o valor de melhoria da nutrição, observando-se as estatísticas do consumo de energia em diferentes países. Sob esse aspecto, o Brasil ombra com a Índia e a Chile, cuja produção ainda se baseia na força muscular e depende da densidade demográfica. O aumento desta, o decréscimo da produção agrícola, o baixo rendimento das terras e a qualidade inferior dos produtos agravam enormemente a situação.

A recuperação do homem, como unidade econômica, repousa, pois, na solução dos seguintes problemas:

a) utilização racional do solo; b) melhoria da nutrição; c) melhoria eugênica e de proteção à saúde;

d) educação e instrução.

31 — REPOSIÇÃO DE ESTOQUE

O consumo de lenha em Minas Gerais é superior a 24.000.000 m3 e o de madeiras para vários fins sobe a quase 3.000.000 de toneladas.

Mostram esses dados a extensão do desflorestamento das áreas fornecedoras, sujeitas à ação imediata do mercado e das necessidades periódicas. E' dever indelével dos poderes públicos prover à restauração e proteção das nossas florestas, impedindo-lhes a destruição sistemática, por meio de um conjunto de medidas preventivas e coercitivas. Com tal objetivo será reparelhada a melhoria da Divisão de Reflorestamento da Secretaria da Agricultura, promovendo-se ampla colaboração entre o Estado, os municípios, as entidades autárquicas, a direção das ferrovias e rodovias, as empresas comindas e de consumo, a indústria vegetal e os particulares.

32 — TRIGO

Por sua grande importância para a economia mineira, foram estabelecidos no plano de produção capítulos especiais sobre o trigo e o algodão.

Na verdade, este não, a cultura do trigo não foi além da fase experimental.

Nossos técnicos, em experiências realizadas sobretudo em Patos de Minas, conseguiram demonstrar-lhe a viabilidade, obtendo variedades capazes de resistir à própria seca, e, principalmente, nos climas tropicais, tem sido o grande embaraço ao desenvolvimento das plantações.

O fomento à triticultura abrirá boas perspectivas à nossa produção e permitirá, em futuro próximo, o suprimento do nosso mercado interno.

A semente que se distribuiu em 1947 cobrirá uma área de 760 hectares, da qual se espera uma produção de 760 toneladas, que será integralmente utilizada na futura plantação.

Poderemos assim, empregada, a semente colhida, cultivar, em 1948, uma área de 760.000 ha e obter, em 1950, 760.000 toneladas. Teremos, então, atingido a fase industrial, e, conseqüentemente, a da produção de farinha, porque, do global obtido, se retirará 66.000 toneladas para a indústria, reservando o restante ao prosseguimento do processo empregado, o que representa uma produção de 100.000 toneladas anualmente.

33 — ALGODÃO

A cultura do algodão, das mais importantes para o Estado de Minas que possuindo um parque de indústrias têxteis — o segundo do Brasil — necessita fomentar a produção da matéria prima para o seu abastecimento.

Isso representa economia de transporte ferroviário e rodoviário.

Promovendo-se a independência da indústria de têxteis, mediante o estímulo à produção algodoeira, gerará-se a indústria de óleo de algodão, importante para a alimentação pecuária. Com isso ficará a nossa pecuária provida de alimento proteico fornecido pelo resíduo da indústria de óleo.

Assim, a indústria de algodão, a tortia, alavancará quase toda a produção de São Paulo, com o uso do transporte e sem acudir às necessidades das criações no Estado.

A disparidade de preços entre o algodão em rama e o industrializado, a falta de um plano de fomento organizado em bases seguras, a exigua obtenção de sementes de alta produtividade, e a falta de maquinário, são os fatores mais importantes responsáveis pela queda da produção algodoeira em Minas.

O Norte de Minas possui condições de clima e de solo favoráveis ao desenvolvimento de uma grande cultura desse malvaceo, justificando em Curvelo e em Montes Claros, a organização de serviços especiais e devidamente aparelhados que possam expandir-se por toda a zona.

A produção atual de 8.000 toneladas de algodão em pluma, produzidas assim ultrapassar a produção máxima de 1936, que foi de 17.000 toneladas.

34 — AQUISIÇÃO E VENDA DE MÁQUINAS AOS AGRICULTORES

A cultura da terra pelo trabalho braçal, já atingiu o máximo de sua capacidade. Impõe-se, agora, a mecanização da nossa lavoura. A falta de máquinas se deve principalmente à dificuldade de importação e ao preço exagerado da unidade adquirida.

Importando, em grande escala, para a venda direta, e, pelo custo, aos agricultores, poderá o governo conseguir preços vantajosos concorrendo com o comércio rápido e econômico de área cultivável e solucionando o problema de vital importância para nossa economia.

A manilha despendida será teoricamente reduzida pela venda e deverá montar a Cr\$ 42.450.000,00.

38 — NOVA CIDADE INDUSTRIAL

Assurar-se-á no plano de produção, ao lado da exploração nacional da terra, a continuidade da orientação política de proporcionar a concentração industrial em pontos para onde confluam os transportes, as matérias primas e a energia, e que sejam próximos de zonas de consumo.

A cidade industrial, no município de Belo Horizonte, de dois quadros, de desprovida de energia elétrica, e, dentro de 6, estará coberta sua área útil. Cumprir, pois, criar novo centro industrial, que ofereça energia elétrica em abundância e a preço mínimo, bem como condições locais, com condições especiais indispensáveis à instalação de indústrias básicas.

Os estudos para a localização de uma área estratégica aconselham a escolha de terrenos nas margens do rio das Velhas, os quais, além de topografia adequada, oferecem condições favoráveis a solução do problema de transporte, de provisão de matéria prima e o escoamento de detritos industriais.

O prolongamento da ferrovia Vitória a Minas até Belo Horizonte, passando pelo vale da Rio Colônia, o porto de Vitória a serviço do escoamento dos produtos naturais da região central de Minas; de outra parte, o prolongamento da Rede Mineira de Vição, mediante tráfego mútuo com a Central do Brasil, abrirá outro porto — o de Angra dos Reis — à exportação do centro industrial projetado. A E. F. Central passa justamente ao lado da área escolhida, e seus ramais se bifurcam a distâncias relativamente pequenas, facilitando a drenagem de copiosas matérias primas existentes na região central.

Um ponto a ser considerado, a extensão da rede ferroviária, a ser instalada no lado da área escolhida, e seus ramais se bifurcam a distâncias relativamente pequenas, facilitando a drenagem de copiosas matérias primas existentes na região central.

Esses dois fatores conjugados — falta de prédios e falta de professores — compõem o quadro do analfabetismo em Minas Gerais, cujas índices podem ser resumidos nestes algarismos: cerca de 600.000 crianças em idade escolar estão sem ensino por falta de estabelecimentos. A dificuldade não é peculiar ao interior apenas: em Belo Horizonte 27.000 crianças acham-se em igual situação. E há a considerar que esses dados, bem como todos os demais aqui citados, não vão além de 1945, e não foi posta em linha de conta a população rarefeita de muitas zonas do Estado, à qual é impossível dar ensino pelo fato mesmo de sua dispersão e, às vezes, de sua instabilidade.

50 — ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Em articulação com o Ministério da Educação, que lançou uma campanha nacional em prol da alfabetização de adultos, a Secretaria de Educação, com 1.500 classes no Estado, ou seja, tantas quantas era possível fazer com a verba fornecida por aquela repartição federal.

51 — ESCOLAS RURAIS

Exigiu o número de escolas rurais no Estado, como aliás, no país inteiro, e sobre a realidade desse problema não há duas opiniões.

Atualmente, esse número vai aumentando, graças ao auxílio material fornecido pelo Governo Federal, e deverá subir de nível a qualidade da escola rural, cujo problema mais agudo consiste em fixar a professora local. Para resolver essa questão foi imaginado pelo órgão competente do Ministério da Educação, um tipo de construção própria para zona rural, simples, econômica, com 500 metros quadrados de terreno, para poder ser construído em grande número e bastante confortável para servir de moradia à professora rural e à sua família e fixá-la ao campo.

Muito embora assinado em maio de 1946, o primeiro convênio entre o Estado e o Governo Federal somente agora foi dado início à construção de 28 escolas rurais, para as quais os municípios contribuirão apenas com dez mil metros quadrados de terreno, que, nos termos daquele convênio, devem ser doados ao Estado.

De entendimentos recentes entre o Ministério da Educação, cujo tipo de construção foi demonstrado verdadeiramente uma unidade de trabalho com o Governo Mineiro, e a Secretaria de Educação, deverá resultar a assinatura do novo convênio, do qual advirão sensíveis benefícios para a causa da educação na zona rural do nosso Estado.

52 — ESCOLAS NORMAIS RURAIS

Sendo o problema da educação no Brasil, em todos os seus ramos, a mais grave de todas as questões, a mais urgente de todas as tarefas, e a mais importante de todas as atividades, corre ao governo o dever de formar o professor rural, o que melhor poderá ser conseguido em estabelecimentos especiais, localizados em zona rural.

Acresce da possibilidade de auxílio material e técnico já houve também entendimentos entre o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação.

53 — ENSINO SECUNDÁRIO

O Governo dispõe apenas de cinco estabelecimentos de ensino secundário. Valerá a apenas a metade do número e aperfeiçoar-lhes o professorado — como já se está fazendo neste momento — e selecioná-lo, a partir do ano que vem, de modo eficiente.

54 — PROBLEMA DA SAÚDE PÚBLICA

As atividades relacionadas com a assistência da população do Estado mereceram a mais cuidadosa atenção do governo que tem procurado sempre e por todos os meios possíveis melhorar a eficiência dos serviços em funcionamento. Assim é que, além de fornecer meios materiais, organizou o Departamento Estadual de Saúde, de vários cursos destinados à formação de especialistas e ao aperfeiçoamento de servidores técnicos de diferentes setores de saúde pública.

Além disso, tem-se esforçado a administração para completar a instalação de serviços, com o fim de proporcionar à população recursos que possam ser utilizados em situações de emergência, e, notadamente, os das seguintes naturezas:

a) ampliação gradativa da rede de novas unidades sanitárias, inclusive os Postos de Higiene Especializados para combater as endemias regionais;

b) construção e instalação de dispensários anti-tuberculosos;

c) reparelhamento de antigos unidades sanitárias;

d) reparelhamento dos estabelecimentos de assistência médico-social, mormente os hospitais, para atender a alienados;

e) incremento das atividades relativas à proteção à maternidade e à infância;

f) reparelhamento dos lençóis com a ampliação progressiva de sua capacidade em leitos;

55 — TUBERCULOSE

Fato grande problema médico-social está a existência de poderes públicos quase inexistente e sistemática, pois avulta entre os que mais pesam sobre os destinos de nosso povo. Basta assinalar que a mortalidade por tuberculose nesta cadial alcança, presentemente, o coeficiente de 840 por 100.000 habitantes; em muitas cidades do interior, o coeficiente anual ultrapassa a 200 óbitos por 100.000. Urge, portanto, de já, um programa de ação anti-tuberculosa, a ser executado gradativamente, mas sem interrupção, a fim de que a capital e os centros populacionais mais flagelados pela doença possam ser assistidos com os modernos recursos profiláticos e terapêuticos.

Em verdade, o número de leitos para tuberculosos de que dispõe o Estado é sobremaneira deficitário, estando a assistência anti-tuberculosa a cargo de instituições privadas, algumas delas enfrentando grandes dificuldades para sua manutenção.

Como medidas preliminares à execução de um programa de luta contra a tuberculose, o governo já autorizou a localização do futuro Dispensário Central, nesta Capital, em terreno do Estado, e, ainda, entrou em entendimentos com o Serviço Nacional de Tuberculose, para firmar um convênio pelo qual o Estado e a União se obrigam a executar desde já um plano de combate à tuberculose, de acordo com o programa fixado pelo referido Serviço. Os estudos para a localização de um sanatório nas vizinhanças desta Capital já estão sendo realizados, sendo de esperar-se que o início das obras a cargo do Serviço Nacional de Tuberculose se processe em breve. Por outro lado, cumpre assinalar que outros sanatórios estão sendo planejados para atender a diversas regiões do Estado, devendo dois deles localizar-se em Juiz de Fora e no Triângulo Mineiro.

Paralelamente ao programa de assistência sanatorial, está previsto pela Divisão de Tuberculose do Departamento de Saúde o aparelhamento de uma rede de dispensários a serem instalados no interior. A fim de dotá-los do material necessário ao seu funcionamento, fez o governo aquisição de quatro aparelhos de Raios X com dispositivo para rotação-fotografia. Deve-se registrar que constitui preocupação do Departamento Estadual de Saúde a intensificação da vacinação anti-tuberculosa, pelo B. C. G., cujo emprego vai-se generalizando, não só nesta Capital como em cidades do interior.

56 — LEpra

O combate ao mal de Hansen constitui outro grande problema que tem merecido, desde alguns anos, especial atenção por parte dos poderes públicos estaduais e federais. Existem no Estado seis leprosinhos, com um total de 4.500 internados. Diversas guardas da Divisão de Lepra estão continuamente, em todas as zonas do Estado, o serviço de internamento de novos doentes. No decorrer do último mês (junho de 1947) foram recolhidos cerca de 300 sendo de esperar-se que até o fim do corrente ano o número de internados ultrapasse 5.000.

57 — MALARIA

Constitui preocupação do governo ampliar a rede de convênios com a malária, que, como se sabe, ocorre entre as populações rurais de zonas de importante valor econômico.

Novos Postos serão brevemente instalados. O Departamento Estadual de Saúde tomou a iniciativa de executar um plano sistemático de profilaxia anti-malária, de acordo com os métodos modernos, entre os quais a aplicação do DDT, em larga escala. Para isto, já se fizeram as primeiras encomendas do material necessário.

Em colaboração com a Divisão de Malaria, a Escola de Saúde Pública realizará o seu 1.º Curso de Malaria, encerrado em junho último. Seus doutorandos e seus médicos frequentaram e concluíram esse curso, tendo sido nomeados três malariólogos, de acordo com o ordem de classificação.

58 — PROGRAMA DE AÇÃO

Em face da nossa realidade sanitária e econômica, constituem pontos capitais no programa da administração sanitária:

a) ampliação gradativa da rede de novas unidades sanitárias, inclusive os Postos de Higiene Especializados para combater as endemias regionais;

b) construção e instalação de dispensários anti-tuberculosos;

c) reparelhamento de antigos unidades sanitárias;

d) reparelhamento dos estabelecimentos de assistência médico-social, mormente os hospitais, para atender a alienados;

e) incremento das atividades relativas à proteção à maternidade e à infância;

f) reparelhamento dos lençóis com a ampliação progressiva de sua capacidade em leitos;

59 — OBRAS PÚBLICAS

No período compreendido entre 21 de março e 20 de julho último, limitaram-se as atividades do Departamento de Obras Públicas a reurbanização, revisão e atualização dos processos relativos à construção, conservação e melhoramento de edifícios, escolas, pontes, estradas, hospitais, unidades sanitárias, leprosinhos, etc., e pontes, edifícios diversos e pontes. Para reurbanizar a situação das pontes não incluídas no plano de trabalho do Departamento de Es-

capacidade para 250.000 bovinos e 100.000 animais de pequeno porte, com câmara frigorífica destinada ao armazenamento da carne. Os outros serão localizados em zonas convenientes e adequadas. Em tais construções será despendida a importância de Cr\$ 155.000.000.

Não pretende o governo explorar industrialmente essa rede de frigoríficos, preferindo nela ingressar entidades particulares.

43 — REORGANIZAÇÃO DAS ESTÂNCIAS HIDRO-MINERAIS

Representando grande riqueza, as fontes hidrominerais do Estado devem ser convenientemente reaparelhadas, a fim de que possam contribuir para a melhoria das condições de vida das populações das Estâncias. A frequência às diversas Estâncias pode ser estimada em 100.000 visitantes por ano.

A exploração das águas minerais merece incremento, pois, atualmente, as Estâncias não chegam a exportar 10% das suas possibilidades. Além do mercado interno, nossas águas poderão atingir facilmente os demais países da América, notadamente a Argentina.

Para a exploração das estâncias ainda não concedidas a particulares, o Estado promoverá a organização de empresas mistas, em cuja formação concorrerá com parte do capital, para que possa executar o projeto de instalação de uma fábrica de produtos naturais da região central de Minas; de outra parte, o prolongamento da Rede Mineira de Vição, mediante tráfego mútuo com a Central do Brasil, abrirá outro porto — o de Angra dos Reis — à exportação do centro industrial projetado. A E. F. Central passa justamente ao lado da área escolhida, e seus ramais se bifurcam a distâncias relativamente pequenas, facilitando a drenagem de copiosas matérias primas existentes na região central.

Um ponto a ser considerado, a extensão da rede ferroviária, a ser instalada no lado da área escolhida, e seus ramais se bifurcam a distâncias relativamente pequenas, facilitando a drenagem de copiosas matérias primas existentes na região central.

Esses dois fatores conjugados — falta de prédios e falta de professores — compõem o quadro do analfabetismo em Minas Gerais, cujas índices podem ser resumidos nestes algarismos: cerca de 600.000 crianças em idade escolar estão sem ensino por falta de estabelecimentos. A dificuldade não é peculiar ao interior apenas: em Belo Horizonte 27.000 crianças acham-se em igual situação. E há a considerar que esses dados, bem como todos os demais aqui citados, não vão além de 1945, e não foi posta em linha de conta a população rarefeita de muitas zonas do Estado, à qual é impossível dar ensino pelo fato mesmo de sua dispersão e, às vezes, de sua instabilidade.

50 — ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Em articulação com o Ministério da Educação, que lançou uma campanha nacional em prol da alfabetização de adultos, a Secretaria de Educação, com 1.500 classes no Estado, ou seja, tantas quantas era possível fazer com a verba fornecida por aquela repartição federal.

51 — ESCOLAS RURAIS

Exigiu o número de escolas rurais no Estado, como aliás, no país inteiro, e sobre a realidade desse problema não há duas opiniões.

Atualmente, esse número vai aumentando, graças ao auxílio material fornecido pelo Governo Federal, e deverá subir de nível a qualidade da escola rural, cujo problema mais agudo consiste em fixar a professora local. Para resolver essa questão foi imaginado pelo órgão competente do Ministério da Educação, um tipo de construção própria para zona rural, simples, econômica, com 500 metros quadrados de terreno, para poder ser construído em grande número e bastante confortável para servir de moradia à professora rural e à sua família e fixá-la ao campo.

Muito embora assinado em maio de 1946, o primeiro convênio entre o Estado e o Governo Federal somente agora foi dado início à construção de 28 escolas rurais, para as quais os municípios contribuirão apenas com dez mil metros quadrados de terreno, que, nos termos daquele convênio, devem ser doados ao Estado.

Aberta concorrência para iluminação do campo do Engenho de Dentro Atlético Clube

ESTARÁ AMANHÃ ENFRENTANDO NÓS O TURUNAS TIETÊ F.C.

NO ESPORTE AMADOR

"Aprontou" o E. C. Joalheiro, para o seu compromisso com o "arraza quartelão" da Várzea Bandeirante — Domingo, a primeira peleja — Treinará o Adélia — Expressivas homenagens à delegação visitante

ANO VI RIO DE JANEIRO, Sexta-feira, 8 de Agosto de 1947 NÚMERO 1.839

AMANHÃ, A LUZ DOS REFLETORES

ENGENHO DE DENTRO E OPOSIÇÃO, EM SILVA TELES — ONTEM, O DESPACHO DO PRESIDENTE DA F. M. F., ANTECIPANDO O ENCONTRO

Amãnhã, à luz dos refletores, ali, em cumprimento da quinta rodada do certame oficial da Segunda Categoria, darão com-

Quatro meses de trabalho ininterrupto anunciam quatro anos de realizações efetivas para o bem do povo mineiro

(Continuação da página anterior)
velas líquidas ou gasosas, bem como com a colaboração do Departamento Federal de Estradas, com o qual está articulado o Departamento Estadual. Até aqui, esse órgão da administração mineira, o governo atenderá às reais necessidades da nossa economia, ou seja, necessidades que sempre existiram para o eficaz desenvolvimento do plano rodoviário do Estado.

Na ordem e no critério da execução do serviço, a preocupação principal é conciliar esses interesses com as necessidades técnicas e a linha de orientação geral indispensável para um sistema de planejamento que permita resolver eficazmente os problemas de transporte rodoviário em nosso Estado.

Tal sistema deve compreender quatro aspectos distintos, que atendam às necessidades de um bom planejamento, assim esboçados:

1 — Uma série de linhas-tronco a serem construídas em cooperação com o governo federal, das quais são importantes as seguintes:

Linha-tronco Belo Horizonte-Rio.

Linha-tronco Belo Horizonte-Vitória.

Linha-tronco Belo Horizonte-São Paulo.

2 — A construção de várias rodovias de intercomunicação de zonas — linhas-tronco estaduais — entre as quais se destacam:

Belo Horizonte-Nordeste (entroncamento com a Rio-Bahia em Ilhabela);

Belo Horizonte-Sudeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Sudoeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Sul (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Noroeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Nordeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Sudoeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Sul (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Noroeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Nordeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Sudoeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Sul (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Noroeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Nordeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Sudoeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Sul (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Noroeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Nordeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Sudoeste (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

Belo Horizonte-Sul (atendendo a divisão do Estado do Rio de Janeiro em duas partes);

acreditar na concretização de tal melhoramento, em futuro bem próximo.

Essenciais à realização de nossos projetos quanto à R. M. V. são os estudos a que neste momento se procede, no Rio de Janeiro, para a reforma do contrato de arrendamento da Estrada, antes bastante oneroso para nossa economia. Estamos certos de que, desses estudos assim como de outros entendimentos que se realizam, resultarão maiores possibilidades à eficiência e ao reaproveitamento geral da importante ferrovia.

67 — PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Achando-se ainda a Prefeitura de Belo Horizonte, no começo do mês de agosto, sob a dependência administrativa do Estado, percebemos, desde logo, dada a evidência das dificuldades com que vinha lutando o povo da cidade, ser necessário imprimir sentido objetivo ao exame dos seus problemas e à ação da administração.

A própria escolha do prefeito, obedecendo a essa orientação inicial, rápidos e bem orientados, os inquéritos logo se realizaram, atendendo, em regra, a solicitação, queixas e reclamação do próprio povo.

O levantamento do quadro financeiro da Prefeitura acusou a existência em 21-3-47, de uma dívida de Cr\$ 203.702.856,10, assim discriminada:

Divida fluante .. 90.278.879,70
Divida fundada .. 68.470.200,00
Divida consolidada .. 45.953.806,40

Nessa mesma data o valor ativo era representado pela parcela de Cr\$ 223.700.674,40, assim discriminada:

Disponibilidades em Caixa e Bancos .. 10.905.167,20
Bens patrimoniais .. 166.842.910,50

Valores ativos: Títulos da Divida Pública de propriedade do Município e créditos diversos .. 45.953.806,40

A 30-6-47 os valores ativos e passivos eram assim expressos:

Disponibilidades em Caixa e Bancos .. 21.429.862,20
Bens patrimoniais .. 167.282.201,70

Títulos da Divida Pública de propriedade do Município e créditos diversos .. 46.949.439,90

Perfazendo o total .. 235.661.506,80

Valor do passivo: Divida fluante .. 92.287.449,30
Divida fundada .. 67.830.200,00
Divida consolidada .. 46.872.761,40

Perfazendo o total .. 206.990.410,70

Confrontando os valores ativos e passivos durante o período anterior, vemos que houve redução substancial no valor da dívida fundada em Cr\$ 11.960.832,40 e no passivo um aumento de dívida de Cr\$ 3.287.524,60, apresentando pois como resultado econômico, apurado, a parcela de Cr\$ 8.673.307,80, que acarretou o resgate do patrimônio líquido de Cr\$ 19.997.788,30, fixando-o em Cr\$ 28.871.096,10.

O orçamento para o corrente exercício exercido na Receta e fixado a despesa em Cr\$ 70.203.000,00, cifra que mais evidencia a delicada situação financeira da municipalidade, determinando providências imediatas para compressão das despesas e aperfeiçoamento dos órgãos arrecadadores, de maneira a permitir a realização de serviços urgentes que estavam a reclamar ação pronta do poder público.

A Receta arrecadada no primeiro semestre atingiu a quantia de Cr\$ 42.968.664,00, ou seja, 61,2% da previsão orçamentária.

A despesa realizada, no mesmo período, importou em Cr\$ 32.111.164,20, correspondendo a 45,9% das autorizações.

Da comparação entre a Receta arrecadada e a despesa realizada resulta um saldo orçamentário de Cr\$ 11.554.499,80, o que prova estar sendo a execução orçamentária rigorosamente cumprida, enquanto se atenta cuidadosamente na arrecadação dos tributos municipais e na sua sensata aplicação.

Apesar das dificuldades de recursos de administração anteriores, o governo municipal conseguiu apreciar redução na dívida fluante da municipalidade. Assim, os resultados passivos da Prefeitura que atingiam a Cr\$ 12.302.185,10 em 21 de março, foram reduzidos para Cr\$ 5.687.202,80 em 30-6-47, havendo portanto, uma diminuição de Cr\$ 6.614.982,30.

68 — ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Apesar da sua pequena situação financeira, a Prefeitura de Belo Horizonte vem desenvolvendo um trabalho de caráter social e econômico, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

tebol suburbano e, por isso mesmo, reúne possibilidades de alcançar invulgar êxito bilheteiro, maximizando-se levando em conta o entusiasmo com que ambos os tradicionais rivais do bairro se entregariam em busca da reabilitação. Dentro do panorama de equilíbrio até aqui apresentado nas pelejas de que participam na série sul, Ideal, Dei Castilho, Confiana, Rul Barbosa, Oposição, Vallim, Mavilis, Engenho de Dentro, River Portuguesa, o encontro entre alvobruços e fanfarrões promete ser repleto de bons lances.

De fato, poucas vezes o placar dos encontros em que têm tomado parte os adversários de amanhã, à noite, funcionaram muitas vezes. Suas defesas têm provado estarem ambas bem servidas de marcadores. Também a disciplina tem sido característica de realce nas atuações do Oposição de Engenho de Dentro, tudo contribuindo para que a expectativa por esse jogo seja das mais otimistas.

O DESPACHO DO PRESIDENTE DA F. M. F.

O Boletim Oficial da F. M. F. de ontem publicou o seguinte despacho do presidente Vargas Neto:

"Fago saber aos interessados que, atendendo às ponderações feitas pelo Engenho de Dentro A.C. e Sport Club Oposição, resolvi antecipar para a véspera a realização do jogo 'Engenho de Dentro x Oposição', que se devia realizar aos 19 do corrente no campo do primeiro.

Nestas condições o referido jogo será realizado aos 9 do corrente — sábado — no horário noturno, isto é, às 19h45 e 22h15, respectivamente, no campo do S.C. Oposição.

No domínio da assistência social, a Prefeitura vem desenvolvendo amplo programa com que procura aliviar o pauperismo, reintegrando na sociedade elementos desajustados e amparando famílias operárias. Cêrea de 125 famílias retiradas dos cortiços da cidade ou procedentes do Norte foram encaminhadas para a lavoura e para indústria, no interior do Estado.

As obras públicas municipais, como calçamento, serviços de água e esgoto, não tendo sido interrompidas no mesmo ritmo do desenvolvimento da cidade, determinaram um acúmulo e tarefas para a administração que necessita, agora, de realizações e recursos financeiros superiores às suas possibilidades.

Entretanto, o governo municipal, atendendo a imperativos do interesse coletivo, dentro dos recursos financeiros da Prefeitura, já autorizou numerosas obras que custarão a milhares de contos de cruzeiros, e estas, de realização de outras que, pela sua natureza, estão a reclamar prioridade nos cuidados da administração.

69 — CONCLUSÃO

Eis aí, senhores membros da Assembleia Legislativa, o resumo das atividades administrativas da Prefeitura de Belo Horizonte, durante os quatro meses, com as sugestões e críticas que aqui os cidadãos estudiosos que têm fazendo e continuando a ser feitos sobre os nossos assuntos de governo.

Em mensagens especiais, que oportunamente vos serão enviadas, encaminhamos ao vosso exame vários projetos de lei organizados pela Administração e que, embora aprovados pelo egrégio Conselho Administrativo, não quisemos promulgar pela proximidade em que nos encontramos da inauguração de vossos trabalhos.

Desses projetos, a alguns dos quais já se fez referência no curso da presente exposição, os principais são os seguintes: reorganização da Secretaria das Finanças; remodelação do sistema de fiscalização de rendas; reforma da estrutura e ampliação das operações da Caixa Econômica; revisão da disciplina legal das terras devolutas; novas disposições sobre a Junta Comercial; reorganização da Secretaria da Educação; reforma da Secretaria da Viação; modificação no Departamento Estadual de Saúde; já agora submetidos a aprovação do Conselho de Saúde; e, finalmente, a criação do Departamento de Cultura, que vem atender à necessidade do aprimoramento da vida intelectual e artística do nosso povo.

Comunho, senhores, no término, dizer aqui uma palavra de reconhecimento aos secretários de Estado e Assessores do governo, todos devotados ao bem de Minas e cada vez mais crentes de nossa confiança pela exemplar fidelidade à orientação governamental e perante vós, senhores deputados, depois de expostos os planos e as realizações da nossa administração econômica, espiritual e social, devida homenagem a todos os cidadãos mineiros que, com seu exemplo e seu trabalho, contribuem para a melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Com esses sentimentos e com essas atividades, estamos a desenvolver, através de nossos serviços, uma série de obras e serviços, visando à melhoria da vida do povo mineiro, com o intuito de proporcionar-lhe condições de bem-estar e felicidade.

Novamente vitorioso o E. C. Vasco

Nova vitória vem de conseguir o E. C. Vasco do Engenho de Dentro.

Dessa feita, coube ao Vasco do Engenho de Dentro, conhecer o amargor de uma derrota frente ao conjunto de Salim.

6 x 3 O ESCORE

Seis tentos, a três acútuas, o vencedor do fim da contenda, onde os comandados de Nero, após uma exibição soberba de futebol, demonstraram a potencialidade de sua ofensiva "arrazadora".

Atouso e Darcy, dois cada e Nero e Dico, foram os construtores da nova vitória do E. C. Vasco.

O QUADRO VENCEDOR

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

Novamente vitorioso o E. C. Vasco

Nova vitória vem de conseguir o E. C. Vasco do Engenho de Dentro.

Dessa feita, coube ao Vasco do Engenho de Dentro, conhecer o amargor de uma derrota frente ao conjunto de Salim.

6 x 3 O ESCORE

Seis tentos, a três acútuas, o vencedor do fim da contenda, onde os comandados de Nero, após uma exibição soberba de futebol, demonstraram a potencialidade de sua ofensiva "arrazadora".

Atouso e Darcy, dois cada e Nero e Dico, foram os construtores da nova vitória do E. C. Vasco.

O QUADRO VENCEDOR

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

Novamente vitorioso o E. C. Vasco

Nova vitória vem de conseguir o E. C. Vasco do Engenho de Dentro.

Dessa feita, coube ao Vasco do Engenho de Dentro, conhecer o amargor de uma derrota frente ao conjunto de Salim.

6 x 3 O ESCORE

Seis tentos, a três acútuas, o vencedor do fim da contenda, onde os comandados de Nero, após uma exibição soberba de futebol, demonstraram a potencialidade de sua ofensiva "arrazadora".

Atouso e Darcy, dois cada e Nero e Dico, foram os construtores da nova vitória do E. C. Vasco.

O QUADRO VENCEDOR

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

Novamente vitorioso o E. C. Vasco

Nova vitória vem de conseguir o E. C. Vasco do Engenho de Dentro.

Dessa feita, coube ao Vasco do Engenho de Dentro, conhecer o amargor de uma derrota frente ao conjunto de Salim.

6 x 3 O ESCORE

Seis tentos, a três acútuas, o vencedor do fim da contenda, onde os comandados de Nero, após uma exibição soberba de futebol, demonstraram a potencialidade de sua ofensiva "arrazadora".

Atouso e Darcy, dois cada e Nero e Dico, foram os construtores da nova vitória do E. C. Vasco.

O QUADRO VENCEDOR

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

O quadro principal

PEREIRA PEIXOTO O UNICO QUE VOLTOU

TIJOLO AINDA NÃO SE INSCREVEU — MALCHER CHEGARÁ HOJE — A ÚLTIMA "PENEIRADA" SERÁ DADA POR CARLITO ROCHA



Pereira Peixoto, que voltou ao quadro de árbitros

O quadro de árbitros da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro vai contar novamente, com os concursos de veteranos apitadores. Pereira Peixoto,

já solicitou inscrição ao Colégio de Árbitros devendo entrar em ação dentro em pouco. Carlos Monteiro, ou melhor Tijolo, também voltará. Todavia, ainda não procurou Carlito Rocha para inscrever-se no colégio sem o que não poderá atuar.

MALCHER CHEGARÁ HOJE

Malcher, o árbitro parense chegará hoje, ao Rio. Virá definitivamente, e ingressará no Colégio a fim de poder pertencer ao quadro.

Tem o apoio dos clubes e poderá agir a vontade. Uma coisa aliás, vai fazer Carlito Rocha. Espera deixar organizado um quadro definitivo para a entidade, devendo formá-lo com elementos selecionados entre os atuais alunos do Colégio. Pelo que apuramos, os árbitros que não firmam agora, jamais atuarão na metrópole. Quer dizer,

que agora, haverá a peneirada definitiva em relação ao assunto.

Mical retornará ao São Cristovão

O S. Cristovão solicitou a F. M. F. os "passos" dos "players" Mical e Jarbas Braga, ex-defensores, respectivamente, do Santos, da F. P. F. e America, da Federação Pernambucana.

O "X CIRCUITO DA GAVEA" EM BICICLETA

A Federação Metropolitana de Ciclismo e Motociclismo fará disputar pela décima vez o "Circuito da Gavea". Essa prova tradicional do ciclismo carioca, que foi instituída pelo veterano Vello Sportivo Helênio, desperta sempre grande entusiasmo dos ciclistas cariocas, sendo de prever-se, portanto, que o cortejo deste ano ultrapasse em sensação os dois anos anteriores.

Os concorrentes deverão apresentar-se à chamada geral às 7,45 horas, sendo considerado a hora de prova os que não cumpriram esta formalidade regulamentar.

UBALDO, HERNANDEZ, ANANIAS E CATALDI SERÃO JULGADOS HOJE

Homenageado o presidente Vargas Netto

Os clubes das 2.ª e 3.ª Categorias filiados à F. M. F. homenagearam, na tarde de ontem, o dr. Manuel Vargas Netto, dirigente máximo da entidade metropolitana.

O Tribunal de Justiça da Federação Metropolitana de Futebol vai realizar hoje, a sua reunião ordinária. Esta será marcada para as 20 horas. Poucos são os casos em pauta, sendo três da semana anterior, isto é, do Torneio Inicial, e um da última rodada.

Os indicados envolvidos são: Ubaldo, Hernandez, Ananias e Cataldi. Hernandez e Cataldi estão ameaçados de suspensão.

EMOFLUIDINA

Na arte do ciclismo.

HURON

AS PROVÁVEIS CORRIDAS DO HIPODROMO DA GAVEA

PROGRAMAS E MONTARIAS PROVÁVEIS — OUTRAS NOTAS

PROGRAMA E MOTARIAS PROVÁVEIS PARA A CORRIDA DE SABADO

1.º páreo — 1.000 metros, às 14,00 horas — Pista de grama — Cr\$ 30.000,00.	5.º páreo — 1.400 metros, às 16,10 horas — Cr\$ 30.000,00 — Betting.
1. Tupiara, J. Portillo . . . 55	1. Urcungo, L. Benitez . . . 55
2. Itaquati, W. Lima . . . 55	2. Sis, W. Andrade . . . 54
3. Livia, C. Cruz . . . 55	3. Vulcão, R. Freitas F. . . 54
4. Andaluzia, I. Souza . . . 55	4. Naipo, J. Graça . . . 58
5. Imponente, G. Grenc . . . 55	5. J'Attendrei, XX . . . 50
6. Sans Souci, W. Andrad. . . 55	6. Diglalita, N. Mota . . . 54
7. Carolina, A. Aleixo . . . 55	7. Aragonita, E. P. Cout. . . 56
8. Cherie, R. Freitas . . . 55	8. Penedo, N. Linhares . . . 56
9. Simpatia, J. Portillo . . . 58	9. Vilacin, O. Santos . . . 52
10. Cruzador, J. Mesquita . . . 58	10. Simpatia, J. Portillo . . . 58
11. Hipona, A. Portillo . . . 50	11. Cruzador, J. Mesquita . . . 58
12. Tribunal, C. Brito . . . 56	12. Hipona, A. Portillo . . . 50
13. Merengue, A. Araújo . . . 58	13. Tribunal, C. Brito . . . 56
14. Decreto, E. Castello . . . 58	14. Merengue, A. Araújo . . . 58
15. Huasca, D. Ferreira . . . 54	15. Decreto, E. Castello . . . 58
16. Farrusca, E. Silva . . . 56	16. Huasca, D. Ferreira . . . 54
1. Shang, Kid, O. Thomaz . . . 58	1. Farrusca, E. Silva . . . 56
2. Wilde Hope, J. Graça . . . 55	2. Shang, Kid, O. Thomaz . . . 58
3. Tariabé, N. Mota . . . 53	3. Wilde Hope, J. Graça . . . 55
4. Distraída, J. Dias . . . 51	4. Tariabé, N. Mota . . . 53
5. Solarijha, XX . . . 56	5. Distraída, J. Dias . . . 51
6. Violenta, E. Coutinho . . . 50	6. Solarijha, XX . . . 56
7. Con Botas, P. Coelho . . . 53	7. Violenta, E. Coutinho . . . 50
8. Comica, S. P. Ribeiro . . . 55	8. Con Botas, P. Coelho . . . 53
9. páreo — 1.500 metros, às 15,00 horas — Cr\$ 22.000,00.	9. Comica, S. P. Ribeiro . . . 55
1. Jaz, J. Martins . . . 56	1. páreo — 1.500 metros, às 15,00 horas — Cr\$ 22.000,00.
2. Hosana, J. Vidal . . . 54	2. Jaz, J. Martins . . . 56
3. Lux, D. Ferreira . . . 56	3. Hosana, J. Vidal . . . 54
4. Caiapó, E. Silva . . . 56	4. Lux, D. Ferreira . . . 56
5. Chesterfield, F. Irigoyen . . . 56	5. Caiapó, E. Silva . . . 56
6. Picada, J. Mesquita . . . 56	6. Chesterfield, F. Irigoyen . . . 56
7. Aldean, S. Batista . . . 54	7. Picada, J. Mesquita . . . 56
8. Rih, O. Serra . . . 55	8. Aldean, S. Batista . . . 54
9. Hienndelle, R. Pacheco . . . 54	9. Rih, O. Serra . . . 55
10. Camacho, E. Castello . . . 56	10. Hienndelle, R. Pacheco . . . 54
4.º páreo — 1.400 metros, às 15,35 horas — Cr\$ 20.000,00.	11. Camacho, E. Castello . . . 56
1. Folia, N. Mota . . . 52	4.º páreo — 1.400 metros, às 15,35 horas — Cr\$ 20.000,00.
2. Meeting, L. Rigoni . . . 56	1. Folia, N. Mota . . . 52
3. Três Pontas, D. Ferraz . . . 58	2. Meeting, L. Rigoni . . . 56
4. Ponteiro, R. Freitas F. . . 52	3. Três Pontas, D. Ferraz . . . 58
5. Negramina, E. Coutinho . . . 56	4. Ponteiro, R. Freitas F. . . 52
6. Picada, J. Mesquita . . . 56	5. Negramina, E. Coutinho . . . 56
7. Enano, A. Nery . . . 51	6. Picada, J. Mesquita . . . 56
8. D. Pedro II, E. Castello . . . 52	7. Enano, A. Nery . . . 51
9. S. de Prata, M. Tavares . . . 58	8. D. Pedro II, E. Castello . . . 52
10. Moreira, L. Rigoni . . . 56	9. S. de Prata, M. Tavares . . . 58
11. Scafler, XX . . . 52	10. Moreira, L. Rigoni . . . 56
12. Cerra Clara, E. Cast . . . 54	11. Scafler, XX . . . 52
13. Arrachador, J. Costa . . . 54	12. Cerra Clara, E. Cast . . . 54
14. Vencimento, S. Ferreira . . . 56	13. Arrachador, J. Costa . . . 54
15. Topetudo, E. P. Cout. . . 50	14. Vencimento, S. Ferreira . . . 56
16. Grilá, J. Mesquita . . . 56	15. Topetudo, E. P. Cout. . . 50
17. Bordoné, W. Andrade . . . 55	16. Grilá, J. Mesquita . . . 56
18. Mappaia, R. Freitas F. . . 50	17. Bordoné, W. Andrade . . . 55
19. Cubanita, F. Irigoyen . . . 50	18. Mappaia, R. Freitas F. . . 50
20. Combative, L. Rigoni . . . 52	19. Cubanita, F. Irigoyen . . . 50
21. Mistral, J. Araújo . . . 50	20. Combative, L. Rigoni . . . 52
22. Forungo, A. Araújo . . . 51	21. Mistral, J. Araújo . . . 50
23. Chapada, XX . . . 51	22. Forungo, A. Araújo . . . 51

GUAJARA E HURONA EM MAGNIFICO "DUELO" NO CLÁSSICO "RAFAEL DE BARROS"

1.º páreo — 1.000 metros, às 13,30 horas — Cr\$ 30.000,00.	4.º páreo — 1.000 metros, às 16,10 horas — Cr\$ 30.000,00. Betting.
1—1 Jub'osa, A. Ribas . . . 53	1 Trimonte, S. Ferreira . . . 55
2 Cortezã, J. Portillo . . . 53	2 " Garinho, L. Rigoni . . . 55
3 Rosclair, O. Santos . . . 53	3 " Dinamo, J. Vidal . . . 55
4 Pressuroso, S. Ferreira . . . 55	4 " Gonçã, E. Castillo . . . 55
5 Astaúba, A. Barbosa . . . 53	5 " Pioneiro, L. Rigoni . . . 55
6 Tollea, G. Costa . . . 53	6 " Birigui, R. Freitas F.º . . . 55
7 Bayeux, J. Mesquita . . . 53	7 " Intruso, O. Fernandes . . . 55
8.º páreo — 1.400 metros, às 14,00 horas — Cr\$ 22.000,00.	8 " Biguá, A. Nery . . . 55
1 Aloã, A. Araújo . . . 56	9 " Apoti, A. Barbosa . . . 55
2 Hellah, M. Tavares . . . 54	9 " Airi, O. Serra . . . 55
3 Fargola, E. Castillo . . . 56	10 " Abdin, O. Santos . . . 55
4 Montese, S. Ferreira . . . 56	11 " Onze, A. Ribas . . . 55
5 Caviar, J. Vidal . . . 56	12 " Leste, D. Ferreira . . . 55
6 Cavador, L. Rigoni . . . 56	13 " Marmoreo, W. Andrade . . . 55
7 Hipias, R. Freitas F.º . . . 54	14 " King Cole, F. Irigoyen . . . 55
8 Zamor, L. Mezaros . . . 56	15 " Huracan, E. Silva . . . 55
9 Fluxo, D. Ferreira . . . 56	16 " Hunter Prince, XX . . . 55
10 Cambridge, F. Irigoyen . . . 56	17.º páreo — Clássico Raphael de Barros — 1.600 metros, às 16,45 horas — Cr\$ 60.000,00. Betting.
11 Mavills, O. Ullóa . . . 56	1 " Hurona, F. Irigoyen . . . 57
3.º páreo — Prêmio Albano Gomes de Oliveira — 1.200 metros, às 14,30 horas — Cr\$ 40.000,00.	2 " Cantata, E. Castillo . . . 57
1—1 Hellen, L. Rigoni . . . 55	3 " Desforra, R. Freitas . . . 55
2—2 Indico, F. Irigoyen . . . 57	4 " Polvora, A. Araújo . . . 55
3 Varsovia, R. Freitas F.º . . . 53	5 " Guaiara, O. Ullóa . . . 54
4 Grisiú, R. Freitas . . . 55	6 " Hipias, Red. Filho . . . 50
5 Satyro, D. Ferreira . . . 55	7 " Grilla, J. Mesquita . . . 57
" Guanumbi, E. Castillo . . . 55	8 " Chapada, L. Rigoni . . . 51
4.º páreo — 1.400 metros, às 15,00 horas — Cr\$ 15.000,00.	9 " Bebuchita, D. Ferreira . . . 56
1 Lobuna, P. Simões . . . 56	8.º páreo — 1.500 metros, às 17,20 horas — Cr\$ 25.000,00. Betting.
2 Remolacha, J. Portillo . . . 54	1 " Encorçado, J. Portillo . . . 54
3 Muluya, O. Fernandes . . . 56	1 " Retumbante, P. Simões . . . 56
4 Alfo, Fando, L. Rigoni . . . 55	2 " Defiant, XX . . . 50
5 Crédulo, G. Costa . . . 58	3 " Vencimento, S. Ferreira . . . 56
6 Granflauta, J. Maia . . . 50	4 " Topetudo, E. P. Cout. . . 50
7 Chips, A. Barbosa . . . 56	5 " Grilá, J. Mesquita . . . 56
8 Gancha, J. Costa . . . 50	6 " Bordonéo, W. Andrade . . . 55
9 River Girl, J. Vidal . . . 51	7 " Mappaia, R. Freitas F.º . . . 50
5.º páreo — 1.800 metros, às 15,35 horas — Cr\$ 25.000,00.	8 " Cubanita, F. Irigoyen . . . 50
1 Riachão, L. Rigoni . . . 56	9 " Combative, L. Rigoni . . . 52
2 Urutú, J. Portillo . . . 56	10 " Mistral, J. Araújo . . . 50
3 G. da Gavea, E. Cout. . . 55	11 " Porungo, A. Araújo . . . 51
4 Chapada, XX . . . 51	